

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

**JOICE FRAGA DA SILVEIRA**

**NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA PANDEMIA: RELATOS DA POPULAÇÃO  
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE**

**Porto Alegre**

**2021**

**JOICE FRAGA DA SILVEIRA**

**NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA PANDEMIA: RELATOS DA POPULAÇÃO  
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE**

Dissertação de Mestrado Acadêmico,  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Política Social e Serviço Social, da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito final para a obtenção do título  
de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Maria Rosa  
Mendes

**Porto Alegre**

**2021**

**JOICE FRAGA DA SILVEIRA**

**NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA PANDEMIA: RELATOS DA POPULAÇÃO  
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE**

Dissertação de Mestrado Acadêmico,  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Política Social e Serviço Social, da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito final para a obtenção do título  
de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Jussara Rosa Maria Mendes - Orientadora (UFRGS)

---

Profa. Dra. Carmem Regina Giongo (FEEVALE)

---

Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla (UFRGS)

---

Profa. Dra. Patrice Schuch (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

Com o tempo percebi que a saúde e a família são os bens mais preciosos que temos e que devemos preservar, por isso, agradeço especialmente aos meus pais Maria Antonia e Flavio, irmãs Caroline e Cristiane, esposo Mauricio (meu parceiro de vida) e nossa pequena companheira Gretchen, cunhados Jacimar e Ricardo, e sobrinhos Antonio e Beatriz (que são nossa luz), que sempre me apoiam e me incentivam a seguir em frente.

Agradeço a parceria e generosidade de minha orientadora Profa. Dra. Jussara Mendes e aos colegas do grupo de estudos NEST (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho), que foi fundamental nessa formação. À minha colega e amiga Ingrid Aragonéz, que me inspirou muito nesse período.

Agradeço imensamente a equipe e aos usuários do Centro Pop II Nossa Casa, em nome do Roque Graziola, que me acolheram neste espaço que foi a base para essa pesquisa.

Por fim, agradeço à instituição UFRGS que me recebeu e me proporcionou toda essa caminhada, que representa um grande passo em minha trajetória e vida.

Oito da manhã e se forma a fila  
A esperança está ali atrás da porta  
Um banho, um café,  
Dignidade e afeto  
Me respeitam, me enxergam

Mais um dia e nada muda  
A rua ainda é o que se habita  
Mas tudo fica mais fácil  
Quando entro ali e  
eles fazem eu me sentir humano

A dor, o abandono, até esqueço  
Por um instante eu me vejo gente  
Conversa fiada, olho no olho  
Saiu dali e começo tudo de novo.

*(Joice Silveira, set/2020)*

## RESUMO

A população em situação de rua é uma realidade que não pode ser ignorada. Em Porto Alegre, essa expressão da questão social, vem crescendo, especialmente em tempos de pandemia Covid-19. As recomendações do governo, em geral, não contemplam essa população, que não possui casa e tem dificuldade para manter uma higiene adequada. O desemprego afetou diretamente muitos gaúchos, que se viram sem poder pagar o aluguel. Nesse sentido, essa pesquisa traz à tona aspectos da pandemia Covid-19 que interferiram no cotidiano da população adulta em situação de rua de Porto Alegre. Através do método biográfico história oral, usuários do Centro Pop II Nossa Casa foram ouvidos. Após, foram analisados os relatos e, através da triangulação de dados, considerando a revisão bibliográfica integrativa e a observação da pesquisadora, foram apontadas como categorias a relação com a sociedade civil e as políticas públicas, as estratégias de sobrevivência e o significado do trabalho. Por fim, como principais resultados constatou-se que é preciso criar alternativas de atendimento, via políticas públicas, voltadas diretamente à população adulta em situação de rua de Porto Alegre, considerando especialmente o fenômeno da Covid-19, já que representa um grupo populacional de alto risco.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua. Pandemia Covid-19. Invisibilidade Social. Política de Assistência Social. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The homeless population is a reality that cannot be ignored. In Porto Alegre, this expression of the social question has been growing, especially in times of pandemic Covid-19. The government's recommendations, in general, do not include this population, which has no home and has difficulty maintaining adequate hygiene. Unemployment directly affected many *gaúchos* (inhabitant of the rural area of Rio Grande do Sul and, by extension, of the entire state), who found themselves unable to pay the rent. In this sense, this research brings to light aspects of the Covid-19 pandemic that interfered in the daily life of the adult population living on the streets of Porto Alegre. Through the biographical oral history method, users of the Center Pop II Our House were heard. Afterwards, the reports were analyzed and, through data triangulation, considering the integrative literature review and the researcher's observation, the relationship with civil society and public policies were identified as categories, survival strategies and the meaning of work. Finally, the main results showed that it is necessary to create alternatives of care, via public policies, aimed directly at the adult population living on the streets of Porto Alegre, especially considering the phenomenon of Covid-19, as it represents a high-risk population group.

**Keywords:** Homeless Population. Covid-19 Pandemic. Social Invisibility. Social Assistance Policy. Public Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do Centro Pop II Nossa Casa.....	30
Figura 2 - Usuários aguardam para a triagem no Centro Pop II Nossa Casa .....	30
Figura 3 - Cartaz e panfletos divulgando a pesquisa .....	32
Figura 4 - Usuários escolhem nome para o Centro Pop II, através de votação .....	46
Figura 5 - Muitos estabelecem morada em frente ao Centro Pop II, tornando o espaço uma referência .....	46
Figura 6 - Constroem suas “casas”, próximo ao Centro Pop II, em meio à empresas, na área central da cidade .....	47



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Números da população em situação de rua de Porto Alegre.....	26
Quadro 2 - Estrutura orientadora da pesquisa .....	29
Quadro 3 - Síntese quantitativa março/2021 .....	31
Quadro 4 - Síntese dos entrevistados.....	33
Quadro 5 - Correlação entre objetivos específicos, elementos-chave identificados na triangulação e categorias analíticas decorrentes.....	40

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
Centro Pop	Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CRAS	Centros de Referência em Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
FACTUM	Faculdade e Escola Técnica
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FUNDSOL	Fundação Solidariedade de Formação e Capacitação de Trabalhadores
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PCD's	Pessoas com Deficiência
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional para a Assistência Social
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

	<b>PRÓLOGO - CONEXÕES ENTRE O TEMA E A HISTÓRIA DA AUTORA...</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
2.1	O CENÁRIO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	16
2.2	DA INVISIBILIDADE SOCIAL À BANALIZAÇÃO DA VIDA HUMANA.....	18
2.3	O ACESSO AOS DIREITOS .....	20
2.4	2020: UM ANO MARCADO PELA PANDEMIA COVID-19.....	24
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>27</b>
3.1	A ESCOLHA DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DOS USUÁRIOS .....	29
3.2	A APROXIMAÇÃO COM OS USUÁRIOS .....	31
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>33</b>
4.1	SEIS RELATOS, INÚMERAS REALIDADES .....	33
4.1.1	A história de Matheus, 34 anos.....	33
4.1.2	A história de Lucas, 31 anos .....	34
4.1.3	A história de Sarah, 38 anos .....	34
4.1.4	A história de Miguel, 55 anos.....	35
4.1.5	A história de Davi, 34 anos.....	36
4.1.6	A história de João, 55 anos.....	37
4.2	ANÁLISE DOS DADOS POR TRIANGULAÇÃO .....	38
4.3	CATEGORIAS ANALÍTICAS .....	39
4.3.1	Entre o visível e o invisível: a relação com a sociedade civil e com as políticas públicas .....	43
4.3.2	A simbologia por trás do Centro Pop II .....	45
4.3.3	Siga em frente e enfrente: estratégias de resistência e enfrentamento .....	47
4.3.4	Conexões entre trabalho e dignidade.....	48
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL.....</b>	<b>61</b>
	<b>ANEXO A - PORTARIA Nº 69, DE 14 DE MAIO DE 2020</b>	<b>Erro! Indicador não</b>

definido.

**ANEXO B - PORTARIA Nº 100, DE 14 DE JULHO DE 2020**Erro! Indicador não definido.

## PRÓLOGO - CONEXÕES ENTRE O TEMA E A HISTÓRIA DA AUTORA

A curiosidade e a inquietação estiveram presentes em minha vida desde a infância: pratiquei muitos esportes, realizei diversos cursos, convivi com diferentes grupos e realidades. Do *ballet* à capoeira, do teatro à informática, frequentei muitos espaços e conheci muitas pessoas. Desde aquela época já me chamava a atenção o comportamento humano e o agir coletivo.

A área social já me despertava interesse e observações da população em situação de rua, preocupações com a violência e a vulnerabilidade, eram temas presentes em minha cabeça e coração.

Ao final do terceiro ano do ensino médio, realizei uma capacitação em *design* e me identifiquei muito com as atividades de criação e *layout*, o que me permitiu aflorar um lado mais criativo. Foi nesse momento que surgiu a possibilidade do curso de Comunicação Social habilitação Publicidade e Propaganda. Foi tudo muito rápido, passei, me matriculei, adquiri um crédito educativo e, aos 16 anos, lá estava na Faculdade.

Apesar de ter construído uma importante trajetória na área da comunicação, sentia falta de algo. Parecia que aquela não era a mesma realidade que tanto me interessava durante a infância e adolescência.

Em 2008, já graduada, retornei para a universidade, para realizar a disciplina de Introdução ao Serviço Social. Essa reaproximação com minha área original de interesse, me impulsionou a traçar um planejamento e me preparar para uma mudança na vida profissional.

Em 2011, me aproximei da Organização não Governamental (ONG) Parceiros Voluntários, e iniciei um trabalho voluntário no Albergue Dias da Cruz, na triagem da população em situação de rua. Trabalhava de segunda a sexta no Grupo RBS, em um ritmo bastante acelerado, e aos sábados voluntariava no Albergue, onde palpitava mais forte a sensação de realmente estar contribuindo, mesmo que de uma pequena forma, para o acesso aos direitos daqueles cidadãos. Um banho, uma roupa limpa, um alimento, uma cama. Muitas histórias, dezenas de realidades.

Em 2012, comecei a voluntariar diretamente na ONG Parceiros Voluntários. Participei de muitas capacitações, como a de Política Nacional de Assistência Social e a de Princípios da Gestão Social Sustentável, que me oportunizaram, além do aprendizado, a convivência com representantes de outras Instituições que defendiam diferentes causas. Em 2013, cursei o primeiro módulo da Pós-Graduação em Serviço Social e Educação Popular, no Instituto Brava Gente.

Ainda era preciso encontrar um caminho. Em 2014, iniciei na docência, uma oportunidade de unir e transmitir meus conhecimentos. Comecei a lecionar na Faculdade e Escola Técnica (FACTUM). Definitivamente meu perfil inquieto e curioso, possibilitou que eu me tornasse uma profissional multidisciplinar e com fácil adaptação a diferentes áreas.

Em 2016, atuei como Educadora Social de 120 jovens, na Escola Social do Varejo. Na busca por maior qualificação, em 2017 me formei como Educadora Social, pela CEFOR-RS. Em 2018, fui Educadora Social do Trabalho Educativo, no Centro Comunitário Vila Gaúcha. Essas experiências só me deram certeza que é na área social que me realizo e que me encontro.

Em 2018, ao tomar conhecimento do Edital de Seleção para ingresso no Mestrado em Política Social e Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vislumbrei uma grande oportunidade de aproximação de minha vivência no campo social, com o embasamento teórico que sempre almejei na área. A Linha de Pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Sociais, me despertou enorme interesse, representando uma grande possibilidade de me dedicar ao estudo de algo que sempre me mobilizou: a inclusão social, o acesso aos direitos e a evolução da sociedade especialmente quanto à coletividade. O tema não poderia ser outro, se não o que me introduziu nesse caminho: a população em situação de rua.

## 1 INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX o fenômeno da população em situação de rua foi intensificado no Brasil com o êxodo rural e com o processo migratório, impulsionado pelo crescimento industrial (BRASIL, 2009; CRP-MG, 2015). Na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 71 cidades do país, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos. Nessa condição foram consideradas tanto as pessoas que pernoitam em instituições como albergues e casas de passagem, como as que se localizam nas calçadas, praças, rodovias, lugares abandonados, becos e outros (BRASIL, 2009).

Mais recentemente, segundo o estudo de Natalino (2020), intitulado “Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre 2012 e março de 2020, chegando a quase 222 mil pessoas. No total, 81,5% da população em situação de rua está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente das regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%).

Na capital do Rio Grande do Sul, de acordo com o estudo censitário da população adulta em situação de rua, realizado entre 8 de setembro e 10 de outubro de 2016, pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em parceria com a UFRGS, intitulado “Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016”, foram identificadas 2.115 pessoas vivendo nessa condição, sendo 1.758 com informações cadastrais censadas (SCHUCH *et al.*, 2017).

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19. Hábitos, comportamentos e formas de relacionamentos, tiveram que ser revistos. A população como um todo ficou vulnerável, de um dia para o outro. O mundo inteiro se deparou com um inimigo em comum.

O coronavírus é um novo vírus, causador de doença respiratória, a Covid-19, que possui sintomas e sinais semelhantes aos da gripe ou resfriado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta para a doença em 31 de dezembro de 2019, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan.

A rotina aos poucos foi sendo modificada, a restrição da circulação das pessoas pelas ruas, interferiu no funcionamento do comércio, das escolas e demais locais. E assim, desde março de 2020 permanece o dilema: restringe a circulação de pessoas versus flexibiliza as regras para a circulação e abertura do comércio e das atividades não essenciais.

É frequente a percepção de que a população em situação de rua está nessa situação por opção, que não gostam de trabalhar e que preferem viver do assistencialismo. Mas são poucas as pessoas que realmente enxergam a população de rua como indivíduos, com direito à dignidade. Pessoas que possuem uma história de vida, uma bagagem. Muitas pessoas banalizam a vida humana, não se interessam ou se preocupam com o outro, apenas com o individualismo e o com o consumismo dos tempos atuais. Nesse sentido, é preciso desnaturalizar esse fenômeno, já que a maioria da população não quer ser incomodada com problemas da sociedade,

(...) a indiferença e a imagem estigmatizante atribuídas à população em situação de rua, como um não sujeito ou como um ser inferior, um “indigente”, são conceituadas por Paugam (1999) como desqualificação social, posição de não pertencimento à cidade e, portanto, sem direitos à permanência nela (DORNELLES *et al.*, 2012, p. 73).

Bulla *et al.* (2004) afirma que Porto Alegre, uma das capitais de melhor qualidade de vida no Brasil, não está fora da triste realidade da população de rua. Esforços do governo municipal e estadual não estão sendo suficientes para acabar com a desigualdade social existente na vida dos gaúchos. As diferenças sociais acarretam, como consequência, a fragilização dos indivíduos e os tornam, muitas vezes, desnecessários para a sociedade, colocando-os em uma posição de inferioridade, ou de despertencimento social.

Diante desse contexto, por ser uma realidade que não pode ser ignorada e, a partir da história de vida da acadêmica - que possui formação em Comunicação Social, extensão em Educação Social e, desde a adolescência, realiza ações sociais - o presente estudo propõe como tema principal a pandemia Covid-19 e a população em situação de rua.

Partindo-se desse foco, propõe-se como problema de pesquisa: Como a pandemia Covid-19 interfere nas condições de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre?

A partir desta questão orientadora, deriva o objetivo geral deste estudo: Conhecer como a pandemia Covid-19 interfere nas condições de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre.

Para atingimento do objetivo geral acima proposto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar nas falas da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, os efeitos da pandemia Covid-19, quanto à (in)visibilidade social;



- b) Relatar as estratégias de sobrevivência da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, perante a pandemia Covid-19;
- c) Descrever as perspectivas de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, pós-pandemia Covid-19.

Como delineamento, essa pesquisa tem natureza qualitativa, caráter exploratório, segue o método dialético-crítico e utiliza-se do caminho metodológico da história oral temática.

Esse estudo está estruturado a partir de quatro capítulos, além da introdução. O segundo capítulo contempla o referencial teórico, abordando o cenário da população em situação de rua, a (in)visibilidade social, o acesso aos direitos, e o ano marcado pela pandemia Covid-19. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos e as perspectivas utilizados na pesquisa. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados identificados, a partir da delimitação de categorias analíticas. E no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais, que incluem uma síntese dos principais resultados, contribuições e limitações desta pesquisa, assim como sugestões para estudos futuros.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 O CENÁRIO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O tema população em situação de rua vem sendo estudado ao longo dos anos e esse grupo já foi intitulado com diferentes nomenclaturas,

(...) hoje, no repertório das políticas públicas brasileiras, chamamos de “pessoas em situação de rua”. Em que pese à diversidade de conceitos utilizados para sua descrição, pode-se dizer que esse conceito pretende denominar, atualmente, um conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente, e/ou utilizam serviços diversos destinados à sua proteção e à promoção de direitos (DORNELLES *et al.*, 2012, p. 13).

Segundo Caravaca-Moreira e Padilha (2015), definir a situação de rua é um problema complexo, existem visões heterogêneas quanto à percepção desse fenômeno, algumas delas reduzem o problema apenas à falta de moradia, e outras o configuram como uma situação não-transitória que vai muito além disto. De acordo com Reis *et al.* (1999), a população em situação de rua é submetida a um processo contínuo de inferiorização, fragilidade, dependência, de baixa autoestima e degradação de sua identidade política e social.

O Decreto nº 7.053, de 23 dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), é resultado do diálogo do Governo Federal com representantes da sociedade civil. Nele encontramos a seguinte definição de população em situação de rua,

(...) o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Quanto ao perfil da população em situação de rua, a “Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016”, apresenta que dos 1.758 usuários censados, 85% correspondem ao sexo masculino e 40% estão localizadas na região do Centro. Destaca-se que a maioria das pessoas em situação de rua estão nessa situação de 1 a 5 anos (27%) e entre as causas que os levaram a viver nessa condição está a questão do uso de substâncias psicoativas (24%). Aqueles que nasceram em Porto Alegre ou na região metropolitana são a maioria (59,1%) e mais da metade (51,1%) vive em Porto Alegre há mais

de vinte anos. Além disso, 40% não possui contato com a família há mais de 5 anos (SCHUCH *et al.*, 2017).

Apesar do imaginário popular de que as drogas são a principal causa da existência da população em situação de rua, reforçando um ciclo antigo de drogadição, são muitas as motivações para a ida para as ruas. De acordo com Dornelles *et al.* (2012), o início do processo de moradia na rua muitas vezes é resultante de rupturas nas dimensões afetiva, profissional, social, familiar e, outras vezes, realmente, por situações de saúde, dependência de álcool ou drogas. São homens, mulheres, trans, desempregados, pessoas em sofrimento psíquico, migrantes, usuários de substâncias psicoativas, sem convivência familiar permanente ou com vínculos familiares e comunitários fragilizados.

Muitas vezes as pessoas em situação de rua estabelecem moradia embaixo de pontes, de marquises, de viadutos. Em Porto Alegre, é comum visualizar barracos à beira do Arroio Dilúvio ou se deparar com pessoas tomando banho ou lavando roupas no lago da praça pública. Muitos montam barracas ou outras estruturas com madeiras e papelões, reúnem-se em grupos para maior segurança, outros têm apenas suas cobertas e roupas. Ficam alocados até serem expulsos ou migrarem. Conforme Dornelles *et al.* (2012, p. 75), os direitos de ir e vir, de usar o espaço público, muitas vezes são violados,

(...) é visível nas cidades o gradeamento das residências, dos estabelecimentos comerciais e também dos órgãos públicos, assim como a construção de barreiras físicas nos espaços públicos para impedir o trânsito, a ocupação e a permanência das pessoas. É a chamada “arquitetura da exclusão”.

A realidade da população em situação de rua é permeada de mobilidade, muitas delas perambulam pela cidade, sem se estabelecerem em um local. São nômades por natureza ou, assim se tornaram,

O nomadismo é uma característica marcante da população de rua – seja o que envolve a migração frequente de uma cidade para outra, seja o relativo ao deslocamento contínuo pelos espaços públicos da cidade – é bastante crítica em relação às análises que o relacionam como algo da natureza intrínseca da pessoa em situação de rua, como se isto fosse, em última instância, uma escolha e considera seu nomadismo muito mais como uma imposição da pobreza e dos fluxos de circulação das cidades (MEDEIROS, 2016, p. 23).

De acordo com Schulze (2018), é através do seu corpo que a população em situação de rua cria seus caminhos, subjetividades e sua própria resistência no espaço urbano. O corpo de alguém que habita as ruas é um corpo marcado por cicatrizes visíveis e também invisíveis. Um

corpo descartável, onde o sujeito se coisifica. Seus corpos, vestidos de violência, se tornam suas casas.

A contradição dessa análise, está no fato de que a rua se torna lugar de conflito entre aqueles que fazem uso dela na condição de casa e aqueles que se apropriam dela como extensão de seus domicílios e estabelecimentos comerciais. Conforme Pimenta (2019), é nessa relação dinâmica que se podem observar os conflitos que emergem das diferentes relações de poder entre os grupos sociais e suas diversas formas de ocupação dos espaços urbanos.

Por fim, conforme Schuch *et al.* (2017), é necessário que a sociedade perceba que a população em situação de rua é formada por sujeitos sociais, dignos de respeito e que utilizam os espaços da rua como estratégia de sobrevivência, existência e moradia. População esta, que reflete subjetivamente a lógica perversa do sistema capitalista que produz e reproduz mecanismos para manter a concentração de renda, miséria, violência e desigualdades, ou seja, a acumulação do capital.

## 2.2 DA INVISIBILIDADE SOCIAL À BANALIZAÇÃO DA VIDA HUMANA

Ao mesmo tempo em que vivemos em uma era tecnológica, que possibilita a aproximação das pessoas, também contribuimos para relações líquidas, superficiais, onde a real preocupação com o outro, com o coletivo, é quase inexistente. A pressa, a busca constante por resultados, muitas vezes nos cega para situações comuns. Além disso, somos criados para “vencer”, para termos casa, carro, filhos, praticamente um roteiro pronto, o que gera uma competição e uma crítica muito forte em relação aos outros.

Conforme afirma Silva Filho (2014), a sociedade atual se caracteriza cada vez mais com comportamento individualista, onde a satisfação do eu parece preponderar mais do que da comunidade. O olhar e a preocupação recaem sobre o eu e essa mesma sociedade tem sido muito mais imediatista e menos tolerante. Parte dessa intolerância com o outro e exacerbada preocupação com o eu sugere um valor menor ao humano e maior a outros interesses.

Segundo Pimenta (2019), dentre os grupos sociais que integram a cidade e constituem sujeitos de investigação sociológica, figuram as pessoas em situação de rua, categoria social complexa e em construção, cujo lugar na cotidianidade transita entre o visível e o invisível.

A presença da população em situação de rua está permeada por uma contradição, se por um lado incomoda os moradores e os comerciantes, ao se estabelecerem próximo aos estabelecimentos e moradias, por outro lado não é enxergada por muitos. Em meio ao movimento e agitação da cidade, a população em situação de rua possivelmente se torna

invisível e passa despercebida pelos transeuntes. Provavelmente muitas pessoas são indiferentes a este problema social. Nesse sentido, a população em situação de rua traz à tona o fenômeno da invisibilidade pública,

(...) o desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação. A sensação de estar publicamente invisível é chocante, e nunca passa despercebida para quem esteve submetido às ondas mórbidas desse fenômeno (COSTA, 2008, p. 15).

Para Costa (2008), a invisibilidade pública é expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas. Trata-se, portanto, de uma forma de violência simbólica e material que vem oprimir cidadãos das classes pobres, na cidade ou no campo. É um fenômeno que, por essa razão, não pode ser suficiente e certamente investigado à distância do oprimido, à distância de quem vive por dentro sua ação corrosiva.

Ainda para o autor, a invisibilidade pública – construção social e psíquica – tem a força de ressecar expressões corporais e simbólicas dos humanos então apagados, pode abafar a voz e baixar o olhar, pode endurecer o corpo e seus movimentos, pode emudecer os sentimentos e fazer fraquejar a memória, faz esmorecer o poder de aparição de alguém. A invisibilidade pública é fundada e mantida por motivações sociais e psicológicas, por antagonismos de classe mais ou menos conscientes, mais ou menos inconscientes,

(...) a invisibilidade é cegueira psicossocial, parece ser tanto mais automatizada quanto menor for o sentimento de comunidade que o cego tenha com o indivíduo que não foi visto. Parece haver mais consciência do cego sobre sua cegueira quanto maior for o grau de comunidade em que ele possa ingressar com quem ficou apagado (COSTA, 2008, p. 16).

Para Souza (2009), a invisibilidade é uma forma violenta de opressão, pois reduz as pessoas à condição de mera paisagem, abaixo da condição humana.

As grandes metrópoles do mundo apresentam, em seu panorama, grandes contrastes Bulla *et al.* (2004). Destaca-se, por um lado, a sociedade moderna, que se beneficia do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, possui maior nível educativo, dispõe de

mais informações, de um aprimorado sistema de comunicações e de uma extensa rede de serviços, incluindo centros comerciais e de lazer luxuosos. Por outro lado, constata-se a presença de pessoas que lutam para sobreviver ou sem acesso a todos esses bens, vivendo sem as mínimas condições de existência, como a população em situação de rua, que sofre o mais degradante processo de exclusão social,

(...) a rua aparece como o lugar do possível, absorvendo as demandas que nela penetram, retratando sua (in) visibilidade de problemas decorrentes do sistema vigente. A revelação das ruas traz referências marcantes de uma realidade, que de tão próxima, pode permanecer invisível. Fazer da rua a sua casa significa imprimir ao lugar ocupado sua própria identidade, revelando os sentidos próprios do ato de habitar (SILVA, 2005, p. 27).

Apesar de alguns cidadãos realizarem ações caridosas voltadas para a população em situação de rua, como distribuição de roupas e de alimentos, é notável que muitas pessoas banalizaram a vida humana, não enxergam os problemas sociais e a disparidade entre as classes. Nesse sentido, Dejours (2006, p. 137) define a banalização do mal,

(...) o mal, a barbárie podem ser produzidos sem o concurso da inteligência e da deliberação, simplesmente sem esforço, quase pacificamente: banalidade do mal tão encontrada entre os “figurantes”. Os agentes que colaboram na execução zelosa do mal, da violência ou da injustiça, sem serem seus idealizadores, são por vezes acometidos da mesma banalidade que o mal de que participam.

Segundo Cruz-Neto e Minayo (1994), a ideia de limpeza social traz embutida em si a filosofia de banalização da vida e da morte, trata-se da própria desumanização das relações e das ações sociais. A vida e a morte são tratadas como coisas meramente descartáveis e funcionais, porque, na verdade, os indivíduos são também assim considerados. A filosofia de banalização, contamina toda a “massa” envolvida neste processo, incluindo-se aí os alvos do extermínio e seus executores. Dito em outros termos, existiria uma ausência de perspectiva de vida para aquele que se dispõe a matar e também para a vítima e seu contexto social.

Diante desse contexto, o debate sobre a (in)visibilidade social da população em situação de rua é potencializado pelo acontecimento da pandemia covid-19, já que enquanto os domiciliados estão “protegidos” em suas casas, essa população está exposta nas ruas e, por vezes, desassistida.

### 2.3 O ACESSO AOS DIREITOS

São objetivos da PNPR, assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (BRASIL, 2009). A PNPR foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Ela garante os processos de participação e controle social e possui entre seus princípios, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

No estado do Rio Grande do Sul, dados do Ri Sintético refere 1.006.561 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), perfazendo um total de 2.503.500 pessoas cadastradas. Do total de famílias cadastradas, identificam-se 7.243 famílias em situação de rua, sendo 5.127 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) (BRASIL, 2020a).

Já, em Porto Alegre, os dados do Ri Sintético apontam 107.099 famílias cadastradas no CadÚnico, totalizando 252.235 pessoas. Destas famílias, 2.007 estão cadastradas no CadÚnico e 1.424 famílias em situação de rua beneficiárias do PBF (BRASIL, 2020a).

De acordo com Schuch *et al.* (2017), desde 1992 há preocupação do poder público municipal em formular políticas para essa população, através de suas Secretarias, coordenadas pela FASC, a partir da qual, construiu-se uma rede de atendimento a partir da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social (1994) e da Nacional (1995). A partir de então são tomadas iniciativas para conhecer de forma sistemática a população em situação de rua. Em 1995, a partir de uma parceria da FASC com a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), foi realizada a primeira contagem censitária dessa população na cidade de Porto Alegre. Na ocasião foi contabilizada uma população de 222 pessoas nessa condição.

Assim, a capital dos gaúchos, com uma população estimada em 1.488.252 (IBGE, 2020), possui uma rede de equipamentos e serviços da Política de Assistência Social própria e uma rede de serviços da política executados pela rede “parceirizada”.

Conforme dados da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), na Proteção Social Básica (PSB), que tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e que presta atendimento e acompanhamento socioassistencial a famílias e

indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da fragilização de vínculos familiares, da pobreza, ausência de renda e acesso precário ou nulo aos serviços públicos, que são desenvolvidos em 22 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Entre os serviços prestados está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem por objetivo o desenvolvimento de um trabalho focado na possibilidade da transição da situação de vivência na rua para o estabelecimento e ou fortalecimento de vínculos e moradias em territórios.

Já na Proteção Social Especial (PSE), de Média Complexidade, são oferecidos serviços através de nove Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como por exemplo a Abordagem Social, que trabalha prioritariamente com a possibilidade de retomada do vínculo com a família, com a comunidade e também com a perspectiva de produção de autonomia. Além dos três Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), que promove atendimento social com equipe multidisciplinar para adultos, idosos e famílias em situação de rua, de forma individualizada e coletiva, durante o período do dia, propondo aos usuários alternativas de enfrentamento à situação de rua e encaminhamentos junto a rede de serviços.

Na PSE de Alta Complexidade, são oferecidos atendimentos através do acolhimento institucional que propõe acolhimento provisório para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, e é composto por dois abrigos para indivíduos, dois abrigos para famílias, duas repúblicas, duas casa lar para idosos, e quatro albergues, além de quatro instituições de longa permanência, quatro abrigos para pessoas com deficiência (PCD's), além de equipamentos próprios para o atendimento de crianças e adolescentes, composto por 46 casas lares e 22 abrigos residenciais.

Essa rede parceirizada é baseada no novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, fruto da relação entre governo e a sociedade civil brasileira para aprimorar as parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Em janeiro/2017 entrou em vigor para os Municípios a Lei Federal nº. 13.019/2014, com as alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.204/2015. A FASC possui hoje 267 parcerias, entre 146 organizações parceiras e investe, anualmente, cerca de 108 milhões de reais/ano na política pública de Assistência Social de Porto Alegre, através de 11 modalidades de atendimento.

Destaca-se, de acordo com Baptista e Rezende (2015), que o primeiro passo no desenvolvimento de uma política é o de reconhecimento de um problema como de relevância



pública. Assim, os problemas constituem o ponto de partida para a geração de uma política pública. A política social não é ajuda, piedade ou voluntariado, mas, sim, um processo social em que o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, emergindo como sujeito do seu próprio destino. Sua atuação organizada aparece como condição essencial de enfrentamento da desigualdade (REIS *et al.*, 1999).

O processo de rualização é uma questão das cidades, potencializado por uma sociedade dividida em classes, e deve estar na agenda das discussões, planejamento, avaliações e implementações das políticas públicas.

Para Dornelles *et al.* (2012) o conjunto de sujeitos que compõe a população de rua é cada vez mais complexo, constitui múltiplas expressões sociais: o desemprego, o subemprego, a dependência química, a violência doméstica, a discriminação de gênero, e de etnia, o não acesso à saúde, a educação, a habitação, entre tantas outras. Essa realidade nos coloca desafios cotidianos, bem como a necessidade de reafirmar um trabalho intersetorial entre as políticas públicas articulado aos movimentos sociais que oferecem resistências e impulsionam a contra-hegemonia. Já na década de 1990, tem-se, principalmente nas capitais como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, iniciativas coletivas com o protagonismo das pessoas em situação de rua, daquele momento histórico.

Bonacina (2018) destaca que, como marco em nível nacional para população de rua, no que diz respeito a sua articulação como movimento social e como um público alvo de políticas públicas, tem-se no ano de 2004, a implementação da Política Nacional para a Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Também neste mesmo ano, na cidade de São Paulo, ocorreu um evento de comoção nacional que seria o estopim para a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o Massacre da Praça de Sé: no dia 19 de agosto de 2004, quinze pessoas que dormiam nas ruas do centro de São Paulo foram violentadas, sendo oito delas brutalmente assassinadas. A denúncia dessa violência e brutalidade tornou-se a narrativa que fundou o MNPR, em 2005, articulando movimentos de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Segundo Schuch *et al.* (2017), o MNPR milita, luta e reivindica direitos humanos, melhor acesso às políticas públicas e o direito ao uso democrático dos territórios nas cidades por onde se organiza.

No cenário de Porto Alegre, na segunda metade de 90, vai-se constituindo a rede de serviços socioassistencial no atendimento à população adulta de rua pelo poder público. O contexto da cidade é marcado por uma grande mobilização e pela participação da sociedade civil e de movimentos sociais.

## 2.4 2020: UM ANO MARCADO PELA PANDEMIA COVID-19

Conforme afirma Matta *et al.* (2021), os desafios postos em relevo pela pandemia Covid-19 não são apenas sanitários, são socioeconômicos, políticos, culturais, éticos, científicos, sobremaneira agravados pelas desigualdades estruturais e iniquidades entre países, regiões e populações.

Ainda segundo o autor, a pandemia da Covid-19 colocou luz sobre desigualdades sociais que já existiam, talvez esquecidas ou não vistas. As populações já vulnerabilizadas são, comprovadamente, afetadas de forma negativa nesse contexto. As diferenças são inúmeras: na exposição ao vírus, no acesso ao diagnóstico e tratamento, no acesso a habitações adequadas, tecnologias, água e saneamento, alimentação e nutrição apropriadas, entre outras.

No que refere às ações realizadas pela política de assistência social, em específico para a população em situação de rua, destacam-se algumas legislações neste período de pandemia. Inicialmente, elenca-se a Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020. Essa, aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive migrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19, trazendo como anexo a Nota Técnica nº 13/2020 (BRASIL, 2020b).

A criação de ações e estratégias para as pessoas em situação de rua frente a pandemia pauta-se no entendimento de que estas estão mais expostas aos riscos de contaminação. Ao mesmo tempo em que encontram dificuldades em realizar as recomendações da OMS para a prevenção do Covid-19.

A Portaria nº 100 de 14 de julho de 2020, aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de PSB e de PSE de Média Complexidade do SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia Covid-19 (BRASIL, 2020c).

Além dos serviços e equipamentos voltados ao atendimento da população em situação de rua, são muitos os grupos da sociedade civil que contribuem com o cotidiano da população em situação de rua em Porto Alegre, distribuindo alimentos, agasalhos, além de outras ações. Entretanto, é importante salientar que essas ações também foram impactadas pela pandemia, já que é preciso evitar a aglomeração e é necessário o distanciamento social. Assim, a população em situação de rua fica ainda mais desassistida. Pontos que eram referência de distribuição de alimentos, próximos à viadutos e na parte central da cidade, foram desfeitos.

Em reportagem transmitida pela RBSTV, no programa Jornal do Almoço, em 21 de agosto de 2020, foram divulgados números de atendimento à população em situação de rua de Porto Alegre pela Prefeitura, sendo 485 vagas em abrigos e 100 vagas em albergues. Ainda segundo a reportagem, o número de pessoas em situação de rua na capital, teve um aumento de 20% durante a pandemia, conforme a ONG Centro Social da Rua, que estima que o número real é de mais de 4.000 pessoas vivendo nessa condição atualmente.

Conforme a FASC, até 2019, a média era de 350 novas pessoas indo morar nas ruas da Capital por ano (PORTO ALEGRE, 2021). No entanto, isso deu um salto a partir de 2020, ano do início da pandemia de coronavírus e do consequente impacto na economia. De acordo com o órgão, no ano passado, 1.075 pessoas acabaram nesta condição, três vezes mais do que o habitual (PORTO ALEGRE, 2021).

Conforme Matta *et al.* (2021), durante emergências em saúde pública, como é o caso da pandemia de Covid-19, importa colocar as necessidades dos indivíduos no centro das respostas para proteção das populações. Na maioria das vezes, as respostas para a proteção durante a pandemia consideram populações em abstrato. Mas não há um humano universal. Recomenda-se, por exemplo, o distanciamento social, ficar em casa, lavar as mãos, usar máscaras. Mas nem todas as pessoas vivem o privilégio do distanciamento social durante uma pandemia. Por isso, as políticas devem incorporar a realidade das desigualdades: os recursos públicos para manutenção da vida são distribuídos desigualmente a depender do gênero, raça, classe, deficiência e geografias. As regras abstratas para a prevenção de uma epidemia abandonam as populações que vivem nas camadas de vulnerabilidade.

Por fim, de acordo com Matta *et al.* (2021), em 2020, a pandemia foi permeada por disputas políticas e narrativas importantes, que afetaram a boa condução da resposta nacional. Algumas políticas econômico-sociais acionadas para mitigar os efeitos da pandemia não foram suficientes para atender às necessidades de populações há muito vulnerabilizadas. O ano foi marcado pela reabertura precoce e por uma influência importante da resposta europeia nas ações locais.

Após todo esse contexto, chegamos em abril de 2021 com mais de 400 mil mortos pela Covid-19 em todo o Brasil. Sendo o país considerado o segundo epicentro da pandemia no mundo, atrás somente da Índia. Contudo, em paralelo, temos a chegada das vacinas, que vem imunizando idosos, grupos de risco, profissionais da saúde e outras categorias essenciais, entre outros. Não se sabe ainda até quando a pandemia Covid-19 fará parte da nossa realidade, aliás, já é algo que marca nossa história.

**Quadro 1 - Números da população em situação de rua de Porto Alegre**

1995	2016	2020
<b>222</b>	<b>2.115</b>	<b>4.000</b>
<p>pessoas em situação de rua em Porto Alegre.</p> <p><i>Fonte: Primeira contagem censitária da população em situação de rua na cidade de Porto Alegre, em parceria entre FASC e PUCRS.</i></p>	<p>pessoas em situação de rua em Porto Alegre.</p> <p><i>Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016, em parceria entre FASC e UFRGS.</i></p>	<p>pessoas em situação de rua em Porto Alegre.</p> <p><i>Fonte: Ong Centro Social da Rua, em reportagem na RBS, em agosto de 2020.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção são apresentadas as etapas metodológicas projetadas para concepção deste estudo, o qual consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa. E utiliza-se do método biográfico da história oral, visando ouvir a população em situação de rua.

A história oral é também a história da memória que, embora se construa no contexto social, é sempre memória pessoal. A historicidade da experiência pessoal unida ao impacto dos acontecimentos históricos é um dos principais pilares da história oral, “a metodologia da história oral reveste-se de grande importância exatamente por possibilitar a escuta atenta da voz daqueles que foram silenciados” (MARTINELLI *et al.*, 2019, p. 73). Nesse sentido, trabalhar com a história oral abre possibilidade para novas perspectivas, que articulam presente e passado, memória e história, objetividade e subjetividade, verdade do fato e significado social,

(...) a história oral tem como centralidade a contribuição do indivíduo social na construção do conhecimento, valorizando substancialmente sua essência, ou seja, sua subjetividade, experiências, visão de mundo e impressões sobre a realidade. Mesmo sendo indivíduos isolados, que narram suas histórias singulares, são também representantes de um coletivo e de uma classe social. Por isso, por mais que os depoimentos sejam individuais, eles refletem uma experiência e uma história coletiva (GUIRALDELLI, 2013, p. 130).

Dentre as classificações da história oral, nessa pesquisa foi adotada a história oral temática, ou seja, quando a pessoa tem participação restrita na sociedade. Conforme Marconi e Lakatos (2012), na história oral temática, a entrevista tem caráter de depoimento, realizada por um grupo de pessoas sobre um assunto específico, não abrangendo a totalidade da vida do informante.

Os sujeitos da pesquisa seguiram os seguintes critérios de inclusão: 18 anos ou mais, que estejam em situação de rua há um ano ou mais. Os critérios de exclusão foram: menores de 18 anos, que estejam em situação de rua há menos de um ano. Visando a segurança da pesquisadora e a conveniência, a coleta de dados foi realizada em local de convivência da população em situação de rua de Porto Alegre, o Centro Pop II Nossa Casa.

Na realização da entrevista na história oral, não são utilizados roteiros estruturados, o enredo é construído pelo narrador, a partir dos eventos significativos para ele, portanto, não é linear, nem cronológico. Ainda conforme a autora, o pesquisador tem responsabilidade ética em ouvir por inteiro a narrativa que o sujeito quer realizar, suspendendo atitudes que possam bloquear ou inibir a sua fala. A explicação das intencionalidades, a construção ética da pesquisa, o respeito aos participantes e à sua livre expressão são fundamentais nessa metodologia que nos

coloca em contato direto com os sujeitos, permitindo-nos conhecer sua vida cotidiana, seu modo de ser, de lutar, de resistir, de expressar-se pela mediação da arte e de reivindicar direitos (MARTINELLI *et al.*, 2019).

Os usuários foram convidados a participar da pesquisa e só foram utilizados dados para a redação da pesquisa daqueles sujeitos que expressaram permissão de utilização do material. Foi mantida a confidencialidade dos relatos colhidos, bem como o sigilo e anonimato dos participantes. Além disso, o projeto foi cadastrado no Sistema de Pesquisa da UFRGS, e submetido à análise no CEP/Instituto de Psicologia. A coleta dos dados só iniciou após as aprovações dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). As entrevistas só foram realizadas após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa tem como benefícios, ouvir a população em situação de rua, além de estimular a visibilidade social dessa população. Como riscos, poderia causar desconforto aos entrevistados, sendo que, se necessário, poderiam ser encaminhados para o serviço de atendimento psicossocial do Centro Pop II Nossa Casa.

Para a análise dos dados, foi utilizada a estratégia de triangulação. A opção pela análise por triangulação de métodos, conforme Marcondes e Brisola (2014), significa adotar um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, o que possibilita complementar, com riqueza de interpretações, a temática pesquisada, ao mesmo tempo em que possibilita que se aumente a consistência das conclusões.

Dessa forma, para a triangulação, foram analisados dados via revisão bibliográfica integrativa (artigos, livros e reportagens), relatos dos usuários (história oral) e observação por parte da pesquisadora.

**Quadro 2 - Estrutura orientadora da pesquisa**

<b>Problema de Pesquisa</b>	Como a pandemia Covid-19 interfere nas condições de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre?		
<b>Objetivo Geral</b>	Conhecer como a pandemia Covid-19 interfere nas condições de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre.		
<b>Objetivos Específicos</b>	Identificar nas falas da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, os efeitos da pandemia Covid-19, quanto à (in)visibilidade social.		
	Relatar as estratégias de sobrevivência da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, perante a pandemia Covid-19.		
	Descrever as perspectivas de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, pós-pandemia Covid-19.		
<b>Natureza</b>	Qualitativa	<b>Caráter</b>	Exploratório
<b>Método</b>	Dialético-Crítico	<b>Caminho Metodológico</b>	História Oral - Temática

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.1 A ESCOLHA DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DOS USUÁRIOS

Dentre os serviços e equipamentos ofertados pela rede, para o atendimento da população em situação de rua em Porto Alegre, estão os Centros Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Por conveniência e segurança, foi definido um único espaço para realização da pesquisa de campo, o Centro Pop II Nossa Casa.

Administrado pela Fundação Solidariedade de Formação e Capacitação de Trabalhadores (FUNDSOL), a partir de termo administrativo com a FASC/Prefeitura Porto Alegre, o Centro Pop II Nossa Casa, atende diariamente 80 usuários, desde maio de 2019.

A FUNDSOL é uma pessoa jurídica de direito privado, instituída por prazo indeterminado, organização civil, de caráter comunitário, educativo, beneficente de assistência social, aberto ao diálogo irrestrito, apartidária, não confessional, filantrópica, de fins não lucrativos. São objetivos da Fundação, atuar, de forma irrestrita, na defesa de direitos, na defesa e no respeito às diversidades, constituindo e fortalecendo relações sociais de cooperação e solidariedade que assegurem o bem viver e a auto sustentabilidade aos grupos e comunidades humanas.

No Centro Pop II Nossa Casa, os usuários recebem lanche, podem tomar banho, lavar roupas, utilizar a internet e o telefone. Além de contarem com o atendimento da equipe técnica, formada por Assistentes Sociais e Psicólogos, para a escuta e encaminhamento de demandas. O serviço funciona das 7h às 7h, de domingo a domingo, porém, com a pandemia o horário foi

reduzido para das 8h às 16h. A triagem acontece duas vezes por dia, às 8h e às 13h, sendo que o usuário só pode utilizar o serviço uma vez por dia. Alguns protocolos foram adotados na recepção, em função da pandemia, como a utilização de álcool gel e a medição da temperatura, além da constante higienização dos ambientes e equipamentos.

**Figura 1 - Fachada do Centro Pop II Nossa Casa**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Figura 2 - Usuários aguardam para a triagem no Centro Pop II Nossa Casa**



Fonte: Elaborado pela autora.



Conforme levantamento realizado pela equipe do Centro Pop II Nossa Casa, em março de 2021, 464 usuários acessaram o serviço, sendo que destes, 85% são homens. Além disso, 26% dos usuários realizaram seu primeiro acesso. Destaca-se que, nesse período, nenhum foi encaminhado ao Sine e/ou foi inserido no mercado de trabalho.

**Quadro 3 - Síntese quantitativa março/2021**

Total de acessos	2302	Crianças de 0 a 12 anos	3
Média de acessos no período	76,73	Adolescentes 13-17 anos	0
Pessoas que acessaram no período	464		
Crianças de 0 a 12 anos	3	Mulheres 18 a 39 anos	23
Adolescentes 13-17 anos	0	Mulheres 40 a 49 anos	16
Mulheres	57	Mulheres 50 a 59 anos	11
Homens	395	Mulheres 60 + anos	7
Trans	9		
Idosos	37	Homens 18 a 39 anos	212
Novos Acessos no período	121	Homens 40 a 49 anos	98
Acessos Estrangeiros	9	Homens 50 a 59 anos	55
Banhos	1019	Homens 60 + anos	30
Telefonemas	175		
Curriculos	4		
Vales - Transporte assistenciais	107		
Passagens assistenciais Intermunicipais	0		
Encaminhamentos ao SINE	0		
Inserção trabalho emprego	0		
Pessoas com acompanhamento técnico	20		
Pessoas com atendimento técnico pontual	121		
Atendimentos técnicos realizados	240		
Atendimentos sociais realizados	417		
Atendimentos sociais e técnicos realizados	798		

Fonte: Coordenação Centro Pop II – Fundação Solidariedade.

### 3.2 A APROXIMAÇÃO COM OS USUÁRIOS

De acordo com Minayo *et al.* (2009), o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre o qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico.

Em 28 de agosto de 2020, foi realizada a primeira visita ao Centro Pop II Nossa Casa, a partir da proximidade com uma das trabalhadoras. Já no primeiro dia foi possível conhecer a equipe técnica (formada por duas assistentes sociais e uma psicóloga), os educadores sociais

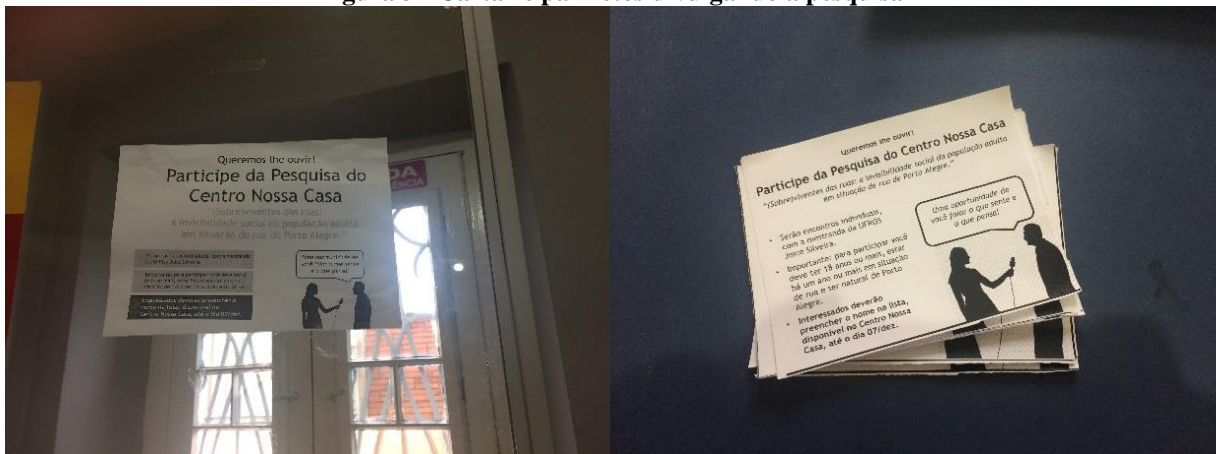
(seis no total), o coordenador, a cozinheira e o serviços gerais. Foi uma ótima acolhida e foi alinhado como seria a sequência do trabalho.

Ficou acordado a observação do trabalho/atendimento aos usuários, em todas as pontas (triagem, lanche, banho, telefone, internet, primeiro acesso e atendimento técnico). Além da participação, quando possível, das reuniões de equipe e do abastecimento de dados no controle.

Assim aconteceu ao longo dos meses - foram necessários alguns intervalos em função de compromissos profissionais e pessoais - mas todas as visitas foram muito ricas e de aproximação dos usuários e da equipe. Em alguns dias foi possível apoiar a equipe, recepcionando os usuários e realizando a triagem, produzindo e distribuindo lanches, fazendo o primeiro acesso, apoiando na utilização do telefone e pesquisando usuários no cadastro. Dessa forma, foi sendo conquistado espaço e confiança, junto à equipe e, conseqüentemente, junto aos usuários. No decorrer do caminho a equipe sofreu alterações e os fluxos e instrumentos de atendimento foram ajustados.

Em novembro de 2020 foram produzidos e distribuídos panfletos e cartazes sobre a pesquisa, estimulando os usuários a participarem. Em janeiro de 2021, foi realizada a primeira entrevista com um usuário.

**Figura 3 - Cartaz e panfletos divulgando a pesquisa**



Fonte: Elaborado pela autora.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados de forma compactada alguns dos principais aspectos oriundos do recolhimento da história oral de cada um dos entrevistados, para fins de contextualização do estudo e melhor compreensão das categorias analíticas propostas a partir da análise de cada narrativa e seus pontos de aproximação com a revisão bibliográfica integrativa e a observação participante.

### 4.1 SEIS RELATOS, INÚMERAS REALIDADES

Para fins de preservação da identidade de cada entrevistado, seus nomes foram alterados.

**Quadro 4 - Síntese dos entrevistados**

Nome	Matheus	Lucas	Sarah	Miguel	Davi	João
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	34 anos	31 anos	38 anos	55 anos	34 anos	55 anos
Tempo em situação de rua	02 anos em situação de rua	10 anos em situação de rua	01 ano em situação de rua	04 anos em situação de rua	01 ano em situação de rua	04 anos em situação de rua
Principal Motivação para situação de rua	Uso de substâncias psicoativas	Uso de substâncias psicoativas	Desemprego	Uso de substâncias psicoativas	Desemprego	Uso de substâncias psicoativas e conflitos familiares

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.1.1 A história de Matheus, 34 anos

Está há dois anos em situação de rua. Se considera pouco enxergado, “a Assistência Social em Porto Alegre é muito precária”. Matheus estava sendo assistido pelo Aluguel Social e tinha bolsa de estudos da Rede Marista, até o início da pandemia. Pensa em estudar Psicologia, na PUCRS. Cita que está há mais de um mês tentando uma vaga no Acolher I, mas com a prioridade para idosos, acaba não conseguindo.

Depois de seis meses sem usar drogas, voltou a usar e retornou pra ruas. Mas tem o objetivo de realizar tratamento. Já teve sete internações. Possui diversos cursos, como primeiros socorros, segurança, portaria. Trabalhou na Cootravipa. Passou três anos no exército. “Mas o albergue não aceitava porque eu estudava até às 22h30. “A Assistência Social de Porto Alegre

não dá suporte, vai contra a quem quer estudar”. Matheus dorme na frente do Centro Pop II, tem um colchão. “Eu fico ‘mangueando’ na sinaleira”.

Matheus relata que a mãe quer ajudar, após o tratamento, prometeu até uma moto para ele, mas a mãe é bipolar e esquizofrênica, segundo ele.

“A sociedade faz o que pode”. “A Assistência Social faz a permanência do morador de rua”. “O CAPS fica no meio da cracolândia”.

#### 2º Encontro

Matheus estava animado, sorridente, contando bem alto que estava no Acolher II desde a noite anterior. “Quero viver de novo”, conta ele.

“Vendo bala na sinaleira da Cristóvão, faço uma placa com alguma mentirinha, eu engano”. Matheus relata que já trabalhou em grandes empresas, como a Prosegur e a Proforte, mas ficava pouco tempo porque recaía nas drogas. “Pedindo ajuda o cara tira R\$ 50,00 por dia, mangueando pra usar droga”. “Mas estou há dois dias sem usar drogas, para entrar no Albergue”.

#### 4.1.2 A história de Lucas, 31 anos

Nascido em 11 de outubro de 1989.

Está há 10 anos em situação de rua, “entre idas e vindas”. Esteve dois anos preso. “Voltei para a sociedade de novo”. “Quero tirar a tornozeleira eletrônica e conseguir o aluguel social”.

“Me sinto enxergado, mas excluído”.

Já esteve preso por mais duas vezes. Trabalha com chapeação, solda e tatuagem. “Quero comprar o material de tatuagem”. Já trabalhou na Cootravipa.

“Meu instinto é trabalhar, o que me leva é a cocaína, as drogas”. Lucas construiu um barraco na frente do Centro Pop II. “Já estive em albergue, é uma mão na roda, mas sou meio estourado”. Acredita que quem está em situação de rua “tá aqui porque fez algo”, “é tudo de ruim”.

#### 4.1.3 A história de Sarah, 38 anos

Nascida em 19 de março de 1983.

Está em situação de rua há um ano e refere a pandemia como a causa. Trabalhava como operadora de caixa e ficou desempregada. Estava morando em um apartamento e foi despejada.

“Se não tem emprego, não tem como pagar aluguel, a gente tem que se acostumar com esse novo hábito da pandemia”.

Nesse período tem ficado entre os Albergues e a Rodoviária.

“As pessoas nos esculacham, a gente fica desmoralizado, denigrem a gente”.

“O governo não tá nem aí pra nós”.

Sarah estudou até a quinta série e sua família mora na fronteira.

“Tô trabalhando um benefício, dignidade né, é meu direito”. “Vou batalhar um emprego e tenho muita fé em Deus”.

“Me sinto invisível, como se não existisse”.

“Ninguém chega na rua porque sim, tem um motivo”.

Sarah consumia álcool, mas está em tratamento no CAPS AD. “Tô me recuperando”. “Não tem como perder tudo de uma hora pra outra e não se afogar em algo”.

“A gente se apoia um no outro, é uma grande família”. “A rua tem seus perigos, tem gente ruim, 1%”.

“Queria tomar meu chimarrão, na minha casinha, acordar a hora que quisesse, tem que ser forte”.

#### **4.1.4 A história de Miguel, 55 anos**

Nascido em 13 de janeiro de 1966.

Está em situação de rua desde 2017.

Trabalhava na Cootravipa e ficou desempregado. “Sou dependente químico, comecei a surtar, a ouvir vozes, a ficar esquizofrênico”. Usa crack e álcool, está em tratamento há três anos no CAPS AD 3.

Acredita que tenha falta de oportunidades. “As autoridades não investem”. “Já distribui bastante currículo. A moça do Sine disse que em três anos só uma pessoa conseguiu emprego”. Trabalha com limpeza/serviços gerais.

“Me vejo trabalhando, uma vida normal, na sociedade”.

Miguel relata que tem problemas no pulmão e na coluna, por isso, só pode trabalhar em serviço leve. Miguel estudou até a quinta série.

“A prefeitura não se preocupa com nós, não investem em trabalho, que é a principal engrenagem, deviam fazer cooperativas de reciclagem, para que a gente possa iniciar uma vida”. “A prefeitura que gerou isso... deixam a pessoa em vulnerabilidade”.

No Centro Pop II, Miguel guarda documentos, acessa a Defensoria Pública, tem ajuda para o auxílio emergencial.

“As pessoas ajudam, sentem pena, tentam conviver com a gente, mas muitos ficam loucos, não conseguem se integrar na sociedade, se revoltam e tratam as pessoas com violência”.

Miguel fica na rodoviária.

“Não tenho esse dom de pedir, sou envergonhado, tem que ser um pouco ‘artista’”. “Eu reciclo, vou no lixo”.

Já esteve preso por tentativa de homicídio. Já morou por 15 anos em SC, trabalhando e residindo em uma casa. Mantém contato com a irmã, que é sua tutora, pois foi considerado incapaz em função da dependência química.

#### **4.1.5 A história de Davi, 34 anos**

##### 1º Encontro

Em meio a população em situação de rua, em frente ao Centro Pop II, lá está ele, de terno, orando e levando a palavra. Davi chama a atenção, se destaca. É inevitável não conversar com ele e tentar descobrir o que lhe move.

Nascido em 21 de setembro de 1986.

Está em situação de rua desde o início da pandemia, quando perdeu o emprego de garçom. Dorme na rodoviária. Não usa substâncias psicoativas e é cristão, frequenta a Igreja Universal na frente da rodoviária. Sua família vive em condições humildes em Alegrete/RS, ele conversa com a mãe pelo Facebook e também faz visitas quando possível, com o valor do auxílio emergencial.

Davi relata que quando trabalhava com garçom, residia em um apartamento alugado, na Av. João Pessoa, e ganhava cerca de R\$ 2.800,00.

Considera que a população em situação de rua é desprezada pela maioria da sociedade. Gostaria de ser visto “como humano”, “nossa capital é muito preconceituosa”, “se sentem (as pessoas em situação de rua) oprimidos, por isso, roubam”.

Em junho descobriu o Centro Pop II, “considero esse espaço minha segunda família”.

Davi relata que usava cocaína e vendia tudo o que tinha em casa, mas há três anos está convertido. Como ele mesmo define, era mulherengo, pagodeiro, veio para Porto Alegre em 2008 para ser músico. Hoje ele afirma, com satisfação, “o que me diferencia é não ter vício” e continua “quem me tirou das drogas foi a fé”.

“A gente pode perder tudo, menos a fé, a confiança, o respeito, temos que preservar o caráter”.

#### 2º Encontro – O Acaso

Em frente à Igreja Universal lá está ele, distribuindo jornais, sorrindo, apesar da máscara. Conversamos rapidamente. Que coincidência. “Eu já estava feliz, agora que te encontrei meu dia ficou mais feliz ainda” afirma ele, transmitindo otimismo e confiança.

#### 3º Encontro

Davi já começa dizendo que ficou no Acolher II por 15 dias, por isso estava sumido, mas que agora voltará à rotina da rodoviária.

Trabalhou um mês na Cootravipa.

“A gente tem que se cuidar, se valorizar”. “Me sinto amado”. “Eu era muito arrogante, metido”. “Usava cocaína, tive tuberculose”.

“Acredito que devo ser um servo como Jó, devo passar por prova, um deserto semelhante ao que Jesus passou, um chamado de Deus”. “Eu vou passar o espírito de luz para os outros, para provar que Deus existe”. “Vai ficar com a força de um touro selvagem (quem crê em Deus)”.

“Eu já brilho, imagina quando estiver trabalhando?”. “Pra mim não existe tristeza”.

### **4.1.6 A história de João, 55 anos**

Nascido em 24 de outubro de 1965.

Está em situação de rua desde 2017. Atualmente “estou recebendo aluguel social e estou morando em uma pensão, na Félix da Cunha”. Antes disso estava dormindo na rodoviária. João relata que utiliza muitos serviços, como o Ilê Mulher, o Restaurante Popular, os POPs, a geladeira solidária, além dos grupos que distribuem alimentos.

Foi para as ruas em função de problemas familiares e por conta do álcool. Nunca trabalhou com carteira assinada. “Se não tem carteira assinada, é muito difícil conseguir emprego”. Cursou dois anos de faculdade de Agronomia, na Federal de Santa Maria.

Os pais são separados desde 1975. A mãe tinha Alzheimer e faleceu há quatro anos. João não se dá bem com o irmão mais velho, que o afastou da mãe por causa da bebida. Ficou sabendo que a mãe faleceu um ano depois, pois ninguém lhe avisou. Considera que o pai, que tem 86 anos, é um sociopata “meu pai não presta, não tem caráter, não tem afeto, está sempre pronto para dar um golpe, é preconceituoso”.

João diz que conversa com todo mundo e foi apelidado de Bolsonaro, por causa da aparência. Destaca que “ninguém detecta que eu esteja em situação de rua, não vejo discriminação”. “Nunca tive problemas com a polícia”. Frequenta o Shopping Moinhos. “Claro, as pessoas olham atravessado para quem está sujo, mexendo no lixo, reciclando”.

João considera que “o policial às vezes não é preparado e testam a gente, mas só se você se coloca de forma agressiva, eu acho que é muito de como a pessoa se coloca”.

Por conta do aluguel social, João conversa com a Assistente Social uma vez por semana e tem que mostrar todo mês o comprovante do pagamento.

João afirma que “a família Giuliani tem problemas com a bebida, é a genética, tenho primos e tios alcóolatas, meu pai também bebe vinho todo dia, eu não posso tomar o primeiro gole”. O pai já o internou em clínica de reabilitação, onde ficou de 2013 a 2015, sem concordar, “não ajudou em nada, saí revoltado, não saí legal, meu pai pagava, ele queria me interditar”.

Segundo João, sua família possui áreas de arroz e soja em São Gabriel, tem parte no nome dele. João era esportista e teve uma infância e adolescência confortável.

Como planos para o futuro, João diz que “tô esperando o tempo”. João está aguardando o inventário, para vender o apartamento da mãe, que fica no Petrópolis/Bela Vista, uma cobertura de 280m<sup>2</sup>, além de um imóvel em Punta Del Leste.

O pai está se locomovendo com andador no momento, tem uma cuidadora, “se ele morrer nem vou ficar sabendo, mas nunca se preocupou comigo, nem quando criança, não tem carinho, não tem emoção”. “Meu irmão mais velho está sempre com alguma armadilha, sempre te enganando, sem palavra, sem caráter”.

Concluída a apresentação da história oral compactada dos seis entrevistados, são apresentadas na seção a seguir as categorias analíticas delineadas para este estudo, com base na análise por triangulação, considerando a revisão bibliográfica integrativa, a história oral e a observação participante da acadêmica.

## 4.2 ANÁLISE DOS DADOS POR TRIANGULAÇÃO

A análise dos dados, embasada na triangulação, significa apoiar-se na combinação e no cruzamento de múltiplos pontos de vista. Seu uso, na prática, permite interação, crítica intersubjetiva e comparação (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).



De acordo com Broome (2000), a revisão integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular.

A história oral, segundo Marconi e Lakatos (2012), torna-se importante, considerando-se a experiência, a intuição e a sensibilidade do entrevistador, além da integração com outras fontes.

Segundo Marconi e Lakatos (2012), a observação participante consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. O objetivo inicial seria ganhar a confiança do grupo, fazer os indivíduos compreender a importância da investigação, sem ocultar o seu objetivo ou sua missão.

#### 4.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS

De acordo com Martinelli *et al.* (2019), as categorias devem balizar a reflexão e análise de alguns pontos sobre os processos sociais, amarrando alguns sentidos e determinantes dos problemas estudados, mas não na totalidade, pois essencialmente, devem abrir novos problemas, lançar a reflexão e questionamentos sobre o real. Ainda segundo a autora, as categorias sintetizam o processo dialético de desvendamento do real - o conhecimento do real exige pensar os processos sociais com rigor crítico e sistemático.

**Quadro 5 - Correlação entre objetivos específicos, elementos-chave identificados na triangulação e categorias analíticas decorrentes**

Objetivos Específicos	Triangulação			Categorias Analíticas Decorrentes
	Revisão Bibliográfica Integrativa	História Oral Temática	Observação Participante	
a) Identificar nas falas da população adulta em situação de rua de Porto Alegre os efeitos da pandemia Covid-19, quanto à (in)visibilidade social.	Apesar da ideia de que o vírus iguala a todos diante do contágio e da morte, sabemos que não é verdade. A população mais pobre está mais disposta à contaminação e à transmissão da pandemia, sem falar da falta de acesso aos equipamentos de proteção e às terapias necessárias ao tratamento. Castro et al. (2020)	“Me sinto invisível, como se não existisse.” Sarah	Usuários possuem um pensamento crítico da realidade.	Sociedade Civil e Políticas Públicas.
		“Me sinto enxergado, mas excluído”. Lucas		
		“A Assistência Social faz a permanência do morador de rua.” Matheus	Usuários consideram que a Política de Assistência Social não é efetiva.	
		“Nossa capital é muito preconceituosa.” Davi		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos Específicos	Triangulação			Categorias Analíticas Decorrentes
	Revisão Bibliográfica Integrativa	História Oral Temática	Observação Participante	
b) Relatar as estratégias de sobrevivência da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, perante a pandemia Covid-19.	Construir políticas sociais para pessoas em situação de rua sempre foi desafiador no Brasil. No entanto, o momento atual urge, e as mudanças provocadas no cenário mundial pelo novo coronavírus (COVID-19) exigem respostas rápidas e cada vez mais eficazes para a estabilização da situação mundial, em especial para populações que têm alta possibilidade de contaminação. Honorato e Oliveira (2020)	<b>“Eu fico ‘mangueando’ na sinaleira”. Matheus</b>	O imediatismo é o que prevalece.	Resistência e Enfrentamento.
		<b>“Quero tirar a tornozeleira eletrônica e conseguir o aluguel social”. Lucas</b>		
		<b>“Tô trabalhando um benefício, dignidade né, é meu direito.” Sarah</b>	Usuários possuem consciência de seus direitos.	
		<b>“Eu reciclo, vou no lixo”. Miguel</b>		

(Conclusão)

Objetivos Específicos	Triangulação			Categorias Análíticas Decorrentes
	Revisão Bibliográfica Integrativa	História Oral Temática	Observação Participante	
c) Descrever as perspectivas de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, pós pandemia Covid-19.	É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade. Andery (2012).	<b>“Me vejo trabalhando, uma vida normal, na sociedade”.</b> Miguel	Usuários consideram o trabalho um meio para sentirem-se inseridos na sociedade.	Dignidade e Trabalho.
		<b>“Vou batalhar um emprego e tenho muita fé em Deus.”</b> Sarah		
		<b>“Meu instinto é trabalhar, o que me leva é a cocaína, as drogas.”</b> Lucas	A maioria dos usuários não possuem projeto de vida a longo prazo.	
		<b>“To esperando o tempo. Se não tem carteira assinada, é muito difícil conseguir emprego.”</b> João		

Fonte: Elaborado pela autora.

### 4.3.1 Entre o visível e o invisível: a relação com a sociedade civil e com as políticas públicas

Apesar da ideia de que o vírus iguala a todos diante do contágio e da morte, sabemos que não é verdade. A população mais pobre está mais disposta à contaminação e à transmissão da pandemia, sem falar da falta de acesso aos equipamentos de proteção e às terapias necessárias ao tratamento (CASTRO; DAL SENO; POCHMANN, 2020, p. 14).

Para Silva, Natalino e Pinheiro (2020), a pandemia do coronavírus tem mobilizado reações por meio de políticas sociais, econômicas e de toda a espécie de organização da sociedade e do Estado, constituindo-se, sem dúvida, em um evento mundial sem precedentes, diante de uma humanidade cada vez mais interconectada. Em uma sociedade severamente marcada pela desigualdade, como é o caso do Brasil, esta questão atinge proporções alarmantes.

Ainda conforme os autores, diante de todas essas emergências, a atenção à população em situação de rua consegue congrega toda a sorte de dramas e demandas, não raro subestimados e naturalizados nas grandes cidades. A necessidade de isolamento social e higiene para quem não tem sequer moradia (ou dispõe de residências provisórias coletivas) e a limitação repentina e severa dos já precários meios de sobrevivência (doações e pequenos serviços), aprofundam o abismo social que esse grupo vivencia.

Esta população, historicamente invisível aos olhos do estado brasileiro, quando não se constituía em alvo de repressão, era simplesmente deixada de lado, ficavam à mercê de ações pontuais e assistencialistas coordenadas pela sociedade civil, complementa Argiles (2012).

De acordo com a “Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016”, o preconceito foi apontado por 79,4% dos entrevistados, mostrando que essa população tem perfeita consciência do ambiente social em que vivem. Para eles, a pior consequência destas constatações de negativização de suas vidas é a sensação de vulnerabilidade, sobretudo, frente à violência (SCHUCH *et al.*, 2017).

Nesse sentido, Davi afirma que “gostaria de ser visto ‘como humano’, nossa capital é muito preconceituosa” e continua “se sentem (a população em situação de rua) oprimidos, por isso, roubam”. Sarah relata que “as pessoas nos esculacham, a gente fica desmoralizado, denigrem a gente” e João afirma “claro, as pessoas olham atravessado para quem está sujo, mexendo no lixo, reciclando”.

Os usuários demonstram que conhecem os serviços disponíveis e ações sociais realizadas, como Albergues, Restaurantes Populares e distribuição de alimentos. Lucas relata “Já estive em albergue, é uma mão na roda, mas sou meio estourado” e Matheus conta que “Mas estou há dois dias sem usar drogas, para entrar no Albergue”.

Referente aos efeitos da Covid-19 quanto à (in)visibilidade social da população em situação de rua de Porto Alegre, fica evidente que a pandemia contribuiu para o aumento do número de pessoas nessa condição, especialmente em função do desemprego. Hoje, Porto Alegre conta com 2.679 pessoas em situação de rua, conforme pesquisa realizada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, da prefeitura da capital (PORTO ALEGRE, 2021). No período de janeiro de 2019 a janeiro deste ano.

O Centro Social da Rua, que atua há quatro anos com a população, aponta que desde o início da pandemia de coronavírus, o número de moradores de rua na capital aumentou cerca de 20%.

Apesar de uma onda de solidariedade crescente, a pandemia também afastou grupos da sociedade civil que distribuía alimentos e agasalhos em pontos específicos, em função da regra do distanciamento. Além disso, o preconceito latente, já antes da pandemia, podemos afirmar que o medo da contaminação e as orientações sanitárias foi potencializado conforme as falas dos sujeitos do estudo.

Considerando as políticas públicas, uma discussão que se faz necessária é a parcerização dos equipamentos, que possivelmente afeta a qualidade dos serviços prestados. Ao repassar a atuação para organizações não-governamentais, estaria o governo transferindo e descentralizando a responsabilidade com a população em situação de rua de Porto Alegre? Além disso, é importante considerar os números de atendimento, que notadamente não é suficiente. Como já citado anteriormente nesse estudo, em reportagem transmitida pela RBSTV, no programa Jornal do Almoço, em 21 de agosto de 2020, foram divulgados números de atendimento à população em situação de rua de Porto Alegre pela Prefeitura, sendo 485 vagas em abrigos e 100 vagas em albergues. Assim, seria 585 vagas suficientes para o atendimento de mais de 4.000 pessoas em situação de rua? Claramente, esse já é um processo de exclusão. Nesse sentido, Matheus cita que está há mais de um mês tentando uma vaga no Acolher I, mas com a prioridade para idosos, acaba não conseguindo. Ainda nesse contexto, é importante considerar alguns movimentos de abertura e fechamento que a prefeitura fez em relação aos serviços, como no caso do Restaurante Popular. Fica o questionamento, a que ponto a população em situação de rua de Porto Alegre é prioridade na agenda da Prefeitura? Como

opina Matheus “A Assistência Social faz a permanência do morador de rua (...) o CAPS fica no meio da cracolândia”.

A parcerização dos serviços e equipamentos públicos, representa um desmonte das políticas públicas, já que repassa a responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Ora, se o Estado deve assegurar as condições mínimas de sobrevivência dos cidadãos, como depositar essa esperança no terceiro setor? Além disso, o questionamento da privatização de serviços como o acolhimento institucional gera uma agudização na precarização do serviço e das relações profissionais, fragilizando mais o já fragilizado SUAS.

#### **4.3.2 A simbologia por trás do Centro Pop II**

Nessa análise, é importante considerar o nome escolhido pelos usuários para o Centro Pop II: “Nossa Casa” – coincidentemente a votação aconteceu durante o período da pesquisa de campo, onde a acadêmica pode acompanhar o processo - possivelmente representando a relação existente entre serviço e usuário.

Durante a história oral, Davi afirma “considero esse espaço minha segunda família” e João relata que utiliza muitos serviços, como o Ilê Mulher, o Restaurante Popular, os Pops, geladeira solidária, além dos grupos que distribuem alimentos. Sarah cita que “A gente se apoia um no outro, é uma grande família”.

Assim, vale analisar a representatividade desses serviços para seus usuários, especialmente em tempos de pandemia, onde a recomendação “fique em casa”, direciona os usuários ao seu espaço referência, a “Nossa Casa”.

Apesar dos vínculos familiares muitas vezes fragilizados, indicando inclusive a motivação da ida para as ruas em alguns casos, a rua proporciona a criação de vínculos entre eles, onde o apoio e a troca tem grande relevância.

Outro dado que chama a atenção é a relação estabelecida entre equipe do Centro Pop II Nossa Casa e usuários, que comumente chamam-se pelo nome.

**Figura 4 - Usuários escolhem nome para o Centro Pop II, através de votação**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Figura 5 - Muitos estabelecem morada em frente ao Centro Pop II, tornando o espaço uma referência**



Fonte: Elaborado pela autora.



**Figura 6 - Constroem suas “casas”, próximo ao Centro Pop II, em meio às empresas, na área central da cidade**



Fonte: Elaborado pela autora.

### **4.3.3 Siga em frente e enfrente: estratégias de resistência e enfrentamento**

Construir políticas sociais para pessoas em situação de rua sempre foi desafiador no Brasil. No entanto, o momento atual urge, e as mudanças provocadas no cenário mundial pelo novo coronavírus (COVID-19) exigem respostas rápidas e cada vez mais eficazes para a estabilização da situação mundial, em especial para populações que têm alta possibilidade de contaminação (HONORATO; OLIVEIRA, 2020, p. 1065).

De acordo com Silva, Natalino e Pinheiro (2020), a rede de atenção à população em situação de rua abrange diferentes atores – governamentais e não governamentais –, em todos os níveis federativos, de diferentes poderes e com diversas atribuições institucionais.

Ainda segundo os autores, se o acesso da população em situação de rua a serviços de saúde e assistência social já é limitado e encontra problemas tanto na rede universal como nas iniciativas específicas, em contexto de crise como a vivenciada em uma pandemia, esses obstáculos são agravados, a exemplo da redução da oferta de serviços públicos ou migração para atendimento remoto. Diante desse cenário, muitos gestores públicos – além da sociedade civil organizada –, têm procurado responder a essa crise com ações específicas para esta população.

Conforme a Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N=413), 23,9% dos entrevistados são catadores de materiais recicláveis, 14% fazem jardinagem, 12,8% lavam/guardam carros/flanelinha e 9,9% costumam pedir/achacar (SCHUCH *et al.*, 2017).

Quanto as formas de sobrevivência, Miguel afirma que “Não tenho esse dom de pedir, sou envergonhado, tem que ser um pouco ‘artista’ (...) eu reciclo, vou no lixo”. Já Matheus diz “Vendo bala na sinaleira da Cristovão, faço uma placa com alguma mentirinha, eu engano (...) pedindo ajuda o cara tira R\$ 50,00 por dia, magueando pra usar droga”.

De acordo com Bulla *et al.* (2004), o sujeito vai ficando à margem desta sociedade, nas periferias dos grandes centros urbanos, buscando muitas vezes no crime, ou no tráfico de drogas, ou nas ruas, a sua sobrevivência, ou vivendo, ainda, da mendicância pública como solução para suas vidas. É um sujeito sem identidade pessoal, trazendo em si a imagem do desqualificado. Esta desvinculação vai refletir-se no isolamento social, na baixa autoestima e no comportamento psíquico do indivíduo. São pessoas sem significados que passam destituídas de valor na vida cotidiana da sociedade.

De forma geral, os usuários demonstram que tem consciência de seus direitos. Lucas diz “Quero tirar a tornozela eletrônica e conseguir o aluguel social” e Sarah conta “Tô trabalhando um benefício, dignidade né, é meu direito”.

Quanto às estratégias de sobrevivência, os usuários demonstram manter as mesmas alternativas que já vinham utilizando antes da pandemia, como a reciclagem e o “maguear” nas sinaleiras, porém, as contribuições diminuíram em função das restrições de circulação nas ruas e da própria situação econômica da população em geral, que foi afetada pela pandemia, a partir da alta inflação, aumentos descomedidos na cesta básica de alimentos e bens de consumo em geral.

#### **4.3.4 Conexões entre trabalho e dignidade**

É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade (ANDERY, 2012, p. 399).

Os usuários, muitas vezes, atribuem o significado de dignidade ao trabalho, como se trabalhando pertencessem à sociedade, Miguel relata “me vejo trabalhando, uma vida normal, na sociedade”, Matheus afirma “quero viver de novo” e Lucas conta “voltei para a sociedade de novo”.

Sarah relaciona a pandemia diretamente com a condição de situação de rua “se não tem emprego, não tem como pagar aluguel, a gente tem que se acostumar com esse novo hábito da pandemia” e Miguel analisa “a prefeitura não se preocupa com nós, não investem em trabalho, que é a principal engrenagem, deviam fazer cooperativas de reciclagem, para que a gente possa iniciar uma vida”.

De acordo com Silva, Natalino e Pinheiro (2020), o avanço da pandemia apresenta um enorme desafio adicional para as políticas de atenção à população em situação de rua, especialmente neste cenário de ampliação desse contingente. Além dos riscos inerentes à doença, que tem como medidas sanitárias prioritárias – isolamento, distanciamento social e higiene –, aspectos distantes das condições dispostas para realidade desse grupo populacional, a ausência de circulação social nas ruas impõe obstáculos para a subsistência diária, dada a escassez das fontes de trabalho, renda e doações (SILVA, NATALINO; PINHEIRO, 2020). Embora o governo federal tenha aprovado auxílio emergencial a ser pago para pessoas de baixa renda, ocupadas em atividades informais, as pessoas em situação de rua enfrentam dificuldades adicionais – por vezes, intransponíveis (como ausência de qualquer documento) –, para acessá-lo, bem como estão expostos a outros tipos de riscos que nem o valor nem a natureza desse recurso é capaz de suprir (SILVA, NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Em reportagem veiculada no Jornal do Almoço, em 01 de maio de 2021, em Porto Alegre 17 mil pessoas perderam o emprego durante a pandemia.

Conforme a Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N=449), 8,9% dos entrevistados citam o desemprego como principal motivação para terem ido para a rua (SCHUCH *et al.*, 2017).

Para Sposati (1995), o homem só é reconhecido quando se faz trabalhador, quando contribui para a previdência, ou seja, para o Estado. Neste caso, ele tem direito de acesso às políticas de seguridade social. Porém, se o indivíduo não trabalha, ele não tem direito de acesso a essas mesmas políticas e o Estado não pode garantir uma seguridade social a esse sujeito que é menos cidadão. A ele não cabe exigir, reivindicar por direitos, mas agradecer caso algum benefício lhe seja concedido.

Segundo Reis *et al.* (1999), é preciso reconhecer que a insuficiência de salários e condições concretas de vida leva as famílias empobrecidas a usarem todas as suas energias

exclusivamente na luta pela sobrevivência vedando-lhes o direito de atuarem como cidadãos íntegros, com possibilidades de canalizarem horas de sua vida para a educação, melhores opções de trabalho, os cuidados com a saúde, a busca de uma identidade cultural e política, o lazer e as relações afetivas.

Para Reis *et al.* (1999), a pauperização faz com que as famílias passem a depender quase que exclusivamente de recursos de entidades assistenciais, levando-as a um processo de degradação e perda da identidade de trabalhador cidadão. Não significa dizer que mecanicamente a miséria familiar resulta em vínculos fragilizados, contudo é preciso reconhecer que a insuficiência de salários e condições concretas de vida leva as famílias empobrecidas a usarem todas as suas energias exclusivamente na luta pela sobrevivência vedando-lhes o direito de atuarem como cidadãos íntegros, com possibilidades de canalizarem horas de sua vida para a educação, melhores opções de trabalho, os cuidados com a saúde, a busca de uma identidade cultural e política, o lazer e as relações afetivas.

Segundo Tiengo (2018), o modo de produção capitalista produz, desde seu surgimento, miséria proporcional ao crescimento da riqueza; quanto mais se desenvolve, maior é a produção de riqueza e a produção da miséria. Ainda segundo o autor, a população em situação de rua é consequência da acumulação desigual de riquezas, na qual muitos acumulam miséria e alguns acumulam riqueza, sendo que os acumuladores de miséria são aqueles que geram a riqueza que lhes é expropriada. A existência de pessoas que, sem as condições mínimas de sobrevivência, passam a usar as ruas como moradia é um produto do capitalismo, necessário a ele, visto que compõem a superpopulação relativa, primordial à existência do capitalismo.

A população de rua expõe as contradições básicas do modo de produção capitalista de produção, de acordo com Pereira (2007), a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

Conforme Argiles (2012), são pessoas que se encontram em processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas, até pouco tempo invisíveis pelo Estado e sociedade, que constroem estratégias, dia a dia, para sobreviverem às agruras dessa realidade, submetidos à fome, à violência, às noites frias do inverno, à chuva que maltrata, molha o corpo. Ainda segundo a autora, morar na rua é consequência visível do agravamento da questão social, ou seja, da divisão da sociedade em classes e da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

Essa exclusão social a qual a população de rua está exposta, decorrem de histórias de rupturas sucessivas que revelam mágoa, pesar, vivências de rejeição, abandono ou sofrimento (BULLA *et al.*, 2004). Na reinvenção cotidiana das alternativas de sobrevivência, observa-se que o desemprego não impossibilita a criação de estratégias para aquisição de dinheiro, para suprirem suas necessidades.

Castel (2005) questiona o conceito de exclusão que traz a ideia comum de uma margem de indivíduos ou de coletivos fora do tecido social, separados dos laços de sociabilidade comuns e dos códigos de reciprocidade nos quais se articulam as relações sociais, pois este nos traz uma ideia imprecisa para o entendimento dos enigmas da questão social. Ao afirmar-se que os vagabundos, os estrangeiros, os desempregados e os desfiliaados de toda espécie estão muitas vezes situados na margem da sociedade, deve-se levar em conta que os processos que levaram à sua constituição não são assim tão marginais. A onda de desfiliação e exclusão social não é periférica à sociedade salarial: ela faz parte do seu centro e é desta forma que deve ser entendida. A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade como um todo.

Para Iamamoto (2010), a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital.

Por fim, de acordo com Mendes *et al.* (2018), a proteção social se expressa como mediações da representação entre o Estado e a sociedade e se consolida como estratégia de atendimento das necessidades sociais a partir do reconhecimento da classe trabalhadora como ator político fundamental para a produção e reprodução dessa sociedade. São conquistas sociais tecidas na busca pela igualdade social e pelo reconhecimento das condições que originam as desigualdades na sociedade capitalista e dos conflitos que se estabelecem na relação capital-trabalho. Representa ainda um conjunto de políticas públicas que visam efetivar, através de programas, benefícios e serviços, os processos de segurança social para as situações de riscos que afetam a vida dos cidadãos.

É importante salientar que a maioria dos usuários entrevistados, já trabalhou na Cootravipa – cooperativa de trabalho social que, entre os serviços prestados, realiza a limpeza dos espaços urbanos – representando um espaço de inclusão da população em situação de rua, já que a tão sonhada assinatura da carteira de trabalho, muitas vezes, vem através da cooperativa.

Com o apoio da equipe técnica do Centro Pop II Nossa Casa, alguns usuários puderam contar com o benefício do Auxílio Emergencial oferecido pelo governo, porém, por ser temporário, não possibilitou, mudanças nas condições de vida destes usuários.

Ao se referir as perspectivas de vida pós-pandemia Covid-19 demonstraram haver esperança de resgate de cidadania, de inclusão social, de deixar o lugar que ocupam de marginais para a sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da estrutura orientadora desta pesquisa e, considerando os resultados apresentados no decorrer da análise, o presente estudo demonstra ter contribuído com o processo de compreensão das condições de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, em tempos de pandemia Covid-19.

Como principais resultados, as narrativas analisadas, ao serem cruzadas com a revisão bibliográfica integrativa e a observação da pesquisadora, responderam aos objetivos específicos à medida que possibilitaram o reconhecimento de necessidades e sentimentos apontados pelos usuários. Fica evidente que a pandemia Covid-19 contribuiu para o crescimento desse grupo populacional. Além disso, nota-se que a pandemia vem escancarar as necessidades dos usuários. O distanciamento social e as orientações de higiene, praticamente não contemplam essa população. Quanto à (in)visibilidade social, considerando a relação com os domiciliados, fica evidente que muitos dos usuários sentem na pele os efeitos da exclusão social, mas em paralelo, o imediatismo de resolver a questão da fome, do frio, e de outras questões básicas, é tão forte que não dá espaço para essa preocupação.

Assim, é notório que é preciso criar estratégias que se adaptem à realidade da população em situação de rua. Em tempos de solidariedade em alta, ações da sociedade civil assumem esse papel, de atendimento às necessidades desse grupo populacional, mas é preciso considerar a raiz dessa expressão da questão social, através de políticas públicas. Além disso, é importante salientar que não foram mapeados, em Porto Alegre, até o momento, quantas pessoas em situação de rua contraíram a Covid-19 e, além disso, essa população não foi colocada como prioridade na fila da vacina.

Por esta razão, ratifica-se a relevância da realização de estudos teórico-empíricos que possibilitem a compreensão maior do cotidiano da população em situação de rua e dos impactos causados pela pandemia Covid-19.

Como limitações desta pesquisa observa-se a própria pandemia Covid-19, que por vezes, colocou a capital como bandeira preta, restringindo a circulação e/ou também recomendou a não aglomeração, o que afetou em alguns momentos a realização da pesquisa de campo. Além, a própria pesquisa bibliográfica foi desafiadora, já que estamos estudando um fenômeno que está acontecendo em tempo real. Um desafio foi a questão do reencontro com os usuários, que possuem, muitas vezes, o nomadismo como característica. Além disso, a maioria não aceitou gravar os depoimentos, com receio de exposição, e até mesmo, alguns optaram por

não preencher os campos de documentação no TCLE. Assim, o diário de campo foi o principal aliado para a coleta de dados.

Como sugestões para futuros estudos, aponta-se a necessidade de um Censo periódico da população em situação de rua de Porto Alegre, com recortes por etapa de vida. Além disso, se esse e outros estudos foram realizados em paralelo ao acontecimento da pandemia, será de primordial importância estudos pós-pandemia Covid-19, analisando os efeitos e implicações.

Por fim, esse estudo tem como contributo dar visibilidade para a população adulta em situação de rua, reforçando que esse grupo populacional tem voz, tem crítica e tem lugar na sociedade.



## REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amélia Pie Abid *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ARGILES, Mariglei dos Santos. **População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos.** 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; REZENDE, Mônica de. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. *In:* MATTOS, Ruben Araujo de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria (Orgs.). **Caminhos para análise das políticas de saúde.** 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 221-272.

BONACINA, Marcos Dalcin. **Um estudo etnográfico na Escola Porto Alegre: as percepções dos estudantes em relação às políticas públicas.** 2018.61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 16, 24 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informações Sociais: Bolsa Família e Cadastro Único.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2020a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 93 ed., p. 379, 18 maio 2020b.

BRASIL. Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020. Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 135 ed., p. 12, 16 jul. 2020c.

BROOME, Marion E. Integrative literature reviews for the development of concepts. *In:* RODGERS, Beth L.; KNAFL, Kathleen A. (Eds.). **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications.** Philadelphia: W.B Saunders Company, 2000. p. 231-250.

BULLA, Leonia Capaverde *et al.* **As múltiplas formas de exclusão social.** Porto Alegre: EdUPUCRS, 2004.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Entre batalhas e pedras: histórias de vida de moradores de rua, usuários de crack. **Hacia la Promoción de la Salud**, Manizales, v. 20, n. 1, p. 49-66, jun. 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Daniel; DAL SENO, Danillo; POCHMANN, Marcio. **Capitalismo e a Covid-19**: um debate urgente. São Paulo: [s. n.], 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS. **A Psicologia e a população em situação de rua**: novas propostas, velhos desafios. Belo Horizonte: CRP-MG, 2015.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S. Extermínio: violentação e banalização da vida. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S199-S212, 1994.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

DORNELLES, Aline Espindola *et al.* **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

GUIRALDELLI, Reginaldo. O enfoque metodológico da história oral na pesquisa em serviço social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 13, n. esp., p. 121-131, 2013.

HONORATO, Bruno; OLIVEIRA, Ana. População em situação de rua e Covid-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1064-1078, jul./ago. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche** – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Porto Alegre**: panorama. Brasília, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em: 17 fev. 2021.

JORNAL DO ALMOÇO. Com a pandemia, número de moradores de rua aumenta 20% em Porto Alegre, diz ONG. **Globoplay**, Porto Alegre, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8794624/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

JORNAL DO ALMOÇO. Pandemia aumenta número de pessoas desempregadas em Porto Alegre. **Globoplay**, Porto Alegre, 01 maio 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9480813/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201-208, jul. 2014.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia *et al.* **A história oral na pesquisa em serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MATTA, Gustavo Corrêa *et al.* **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Fiocruz, 2021. 221 p. (Informação para ação na Covid-19, série).

MEDEIROS, Cláudia Patrício. **Os direitos da população em situação de rua desde a política nacional**. 2016. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MENDES, Jussara Maria Rosa *et al.* Proteção Social. In: MENDES, René (Org.). **Dicionário de saúde e segurança do trabalhador**: conceitos, definições, história e cultura. Novo Hamburgo: Proteção Publicações, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Ssimone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: Diest; Disoc, 2020. (Nota Técnica nº 73).

PEREIRA, Viviane de Souza. **População de rua em Juiz de Fora**: uma reflexão a partir da questão social. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processo de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan./abr. 2019.

PORTO ALEGRE. **Fundação de Assistência Social e Cidadania**. 2021. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

REIS, Carlos Nelson dos *et al.* **Fragmentos de uma metrópole**: meninos e meninas em situação de rua. Porto Alegre: EdiPucrs, 1999.

SCHUCH, Patrice *et al.* **População de rua**: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

SCHULZE, Carolina Datria. **Quando o corpo se torna lar**: narrativas de moradoras de rua de Porto Alegre-RS. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Marta Borba. **O “louco da rua” e a seguridade social em Porto Alegre**: da (in)visibilidade social à cidadania. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Brasília: Diest; Disoc, 2020. (Nota Técnica nº 74).

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. Sobre o hábito e a banalização das relações humanas (2): desumanização das relações humanas e esvaziamento das emoções. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 14, n. 161, 2014.

SOUZA, Paulo Fernando Pereira de. **Homens invisíveis**: identidades de homens atendidos pelas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Carta- tema**: a assistência social no Brasil 1983-1990. São Paulo: Cortez, 1995.

TIENGO, Verônica Martins. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-150, jan./jul. 2018.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_ portador do RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada “No meio do caminho havia uma pandemia: relatos da população adulta em situação de rua de Porto Alegre”, desenvolvida pela acadêmica Joice Fraga da Silveira, aluna do Mestrado em Política Social e Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob orientação da Prof. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes.

Essa pesquisa tem como objetivo principal conhecer como a pandemia Covid-19 interferia nas condições de vida da população adulta em situação de rua de Porto Alegre. A pesquisa será realizada através do método história oral, tendo como benefícios ouvir a população em situação de rua, além de estimular a visibilidade social dessa população. Como riscos, poderá causar desconforto aos entrevistados, sendo que, se necessário, poderão ser encaminhados para o serviço de atendimento psicossocial do Centro Pop II Nossa Casa.

As pesquisadoras acima qualificadas comprometem-se a:

a) Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS.

b) Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.

c) Assegurarem a privacidade das pessoas entrevistadas, de modo a proteger suas imagens, bem como garantirem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 510/2016, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

d) Garantirem a plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;

e) Disponibilizarem uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

f) Realizarem a leitura em voz alta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no caso de o participante não ser alfabetizado, e registrar a assinatura através da impressão digital.

g) Armazenarem as informações e gravações coletadas, pelo período de cinco anos, a partir da realização.

Declaro ter pleno conhecimento dos objetivos e procedimentos metodológicos relacionados à esta pesquisa e permito a utilização da gravação de áudio da entrevista com minha pessoa, quando aplicada, para fins de pesquisa científica.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas na dissertação de mestrado da referida acadêmica, assim como em outros trabalhos científicos, derivados desta pesquisa, mediante o compromisso de não identificação pessoal dos participantes em qualquer uma das vias de publicação ou uso. Estou ciente, que as gravações de áudio ficarão sob a propriedade da pesquisadora e da professora orientadora responsáveis pelo estudo e, sob o compromisso ético-científico das mesmas.

A equipe de pesquisa poderá ser contatada por meio do telefone (51) 99433.6000 ou pelo e-mail [jfs.joice@gmail.com](mailto:jfs.joice@gmail.com). Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698).

Sendo assim, assino duas vias, de igual teor.

Porto Alegre, .....de ..... de 202.....

---

Assinatura do participante da pesquisa

## APÊNDICE B - TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL

Prezados,

Estamos realizando a pesquisa intitulada “No meio do caminho havia uma pandemia: relatos da população adulta em situação de rua de Porto Alegre”. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição.

Será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante. Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora coordenadora do estudo, Profa. Dra. Jussara Mendes. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolução dos resultados, de forma coletiva, para a instituição, se assim for solicitado.

A equipe poderá ser contatada por meio do telefone (51) 994336000. Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698).

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Mestranda: Joice Silveira

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Mendes

Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma na Instituição \_\_\_\_\_.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Responsável pela Instituição: \_\_\_\_\_.